

Projetos saturam o Congresso, e muitos até perdem sentido

Ao todo, tramitam no Congresso Nacional 84 projetos na Câmara e 36 no Senado dispondo sobre matérias do interesse do Servidor Público, além de outros que, de alguma forma, poderão também trazer benefícios a essa classe. Todavia, um projeto não tem votação antes de três a quatro anos, em média, de tramitação, a não ser que por acordo de liderança ou a pedido do Governo ele tenha requerida a sua urgência ou tramitação com prioridade.

Desses projetos, alguns até perderam a razão de ser, como aqueles que pretendiam equiparar os reajustes dos servidores públicos aos dos funcionários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, já que com o pacote econômico estão todos com os salários congelados por um ano. Outros, mesmo tratando de salários, ainda poderão resultar em benefícios concretos, como a concessão do 13º salário.

Um bom número de projetos em tramitação trata de apenas um assunto: o uso do PIS-PASEP. Os políticos tentam dar a esses dois programas alternativas capazes de beneficiar seus participantes de imediato, como, por exemplo, permitir o saque por ocasião do casamento, para pagar prestações da casa própria, quitá-la ou reformá-la. E, ainda, nos casos de desemprego e doença grave. Trata-se de adaptar a legislação a algo semelhante ao vigente com relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Daqueles projetos, poucos estão na ordem do dia. Mas um em especial poderá resultar em medidas concretas para atender as reivindicações dos funcionários. É o que manda vender os imóveis funcionais de Brasília a seus ocupantes. Contudo, esse projeto, apresentado em 1981



Freitas Nobre: acompanhando o movimento

pelo deputado Antônio Pontes (PFL-AP) dificilmente terá uma solução positiva antes do pronunciamento do Executivo no mesmo sentido.

SITUAÇÕES ESPECIAIS

Outros projetos tratam de assunto atual, como o caso dos funcionários colocados à disposição da Justiça Eleitoral ou que tenham sido eleitos para cumprir mandato político, dispondo sobre a opção por salários, situação funcional e assuntos correlatos.

Muitos também tratam de aposentadoria, desconto de imposto de renda, contagem do tempo de serviço, transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, mandam contar para efeito de cálculo da aposentadoria as gratificações e outros benefícios recebidos no serviço ativo, permitem que a filha desquitada ou divorciada figure como dependente de servidor público civil ou militar, asseguram a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Todavia, alguns projetos têm muito a ver com reivindicações antigas dos servidores, como o direito à sindicalização. Nesse sentido existem vários projetos, pois é praxe no



Pacheco Chaves: um mínimo para a categoria

Legislativo que as proposições se repetam, o que na prática exige a anexação delas, diminuindo assim o volume de matérias correlatas.

O deputado Freitas Nobre pretende regulamentar o afastamento dos empregados eleitos para Conselhos Federais e Regionais de entidades de fiscalização do exercício profissional. Renato Vianna reconhece o direito de sindicalização do servidor público e quer, em outra proposição, permitir o abono de 10 faltas para aquele que tiver 10 anos de serviços.

Márcio Macedo quer permitir a sindicalização dos empregados das empresas públicas. Nelson Morro submete à Câmara projeto autorizando o exercício da advocacia imediatamente após a aposentadoria, enquanto Cristina Tavares dispõe sobre a correção monetária — que acabou com o pacote — para vencimentos pagos em atraso.

Alguns projetos de declaração de bens dos servidores para o exercício de cargos ou funções, estabelecendo na essência a obrigação de apresentá-la no início e no final da gestão. O deputado Pacheco Chaves pretende introduzir a remuneração mínima por categoria funcional, enquanto Luiz Sefair quer unificar a data de reajuste de salários e pro-

LEGISLAÇÃO

ventos em todo o País para os meses de janeiro e julho. Léo Simões ressalva o direito de aguardar fora do exercício a publicação de sua aposentadoria.

Outro projeto do deputado Renato Vianna dispõe sobre o valor do salário mínimo, que será de 6% dos vencimentos ou proventos. E Jorge Carone pretende a paridade entre as pensões pagas a viúvas de civis e militares. De modo geral, esses projetos levam até seis anos para entrar na ordem do dia, o que não raras vezes o fazem acabar superados no seu conteúdo por leis do Executivo que têm uma tramitação mais rápida.

NO SENADO

No Senado, alguns se superpõem aos da Câmara, como aqueles que tratam da aplicação do PIS-PASEP. Mas outros têm intenção especial, como o do senador José Inácio, que dispõe sobre a representatividade de Associações Civis de Servidores Civis ou Autárquicos não sindicalizados. Muitos também tratam da periodicidade dos reajustes, afastadas pelo pacote econômico de inflação zero.

O senador João Castelo pretende eliminar os impedimentos dos servidores públicos para o exercício da advocacia quando se tratar de impetrar ação popular. E Jorge Kalume quer estender aos servidores públicos civis, aposentados por tempo de serviço e por invalidez simples, o reposicionamento de até doze referências já deferido para os que estão em atividade.

Está no Senado também um projeto do deputado Jorge Viana que atribui às Federações e à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil a competência para representar seus associados junto às autoridades estaduais e federais. A matéria já passou pelas Comissões técnicas e aguarda inclusão na ordem do dia para votação.

Ao contrário da Câmara, onde a demora é maior, no Senado um projeto leva menos tempo para tramitar. Mas na prática isso pouco interfere, já que projetos de lei dependem do pronunciamento do plenário das duas Casas para, se aprovado, seguir à sanção presidencial. E no caso de emenda constitucional, a questão é ainda mais séria, porque a aprovação depende de 320 votos favoráveis dos deputados e 45 dos senadores tomados em sessão do Congresso.

Comissão quer um balanço de todo o funcionalismo

Cadastrar todas as entidades representativas do funcionalismo público da União e estender esse trabalho àquelas de âmbito estadual é o primeiro projeto do recém-empossado presidente da Comissão do Serviço Público da Câmara, deputado Armando Pinheiro (PTB-SP). Para ele, isso é importante e



Pinheiro: pesquisas

constituiu-se num primeiro passo para a realização de alguma iniciativa capaz de beneficiar essa classe de funcionários, já que até aqui a Comissão não possuía tais informações.

Pinheiro prepara também para agosto Seminário sobre o funcionalismo público no qual o tema será "A Constituinte e o funcionalismo", quando pretende recolher das Federações e entidades representativas subsídios antecipados para as mudanças que serão processadas na elaboração da nova Carta Magna. A idéia é saber o que a classe espera da Constituinte para melhorar como um todo a situação dos funcionários públicos.

Pinheiro vem adotando procedimentos capazes de oferecer uma visão mais real sobre a situação geral dos funcionários e, para isso, enviou ao Governo diversos requerimentos de informação, certo de que há distorções e muito o que realizar em prol dessa classe, uma das menos favorecidas pelo sistema legal vigente.

A Comissão do Serviço Público da Câmara é das menores da casa, com 11 membros, contra, por

exemplo, a de Constituição e Justiça, com cerca de 40. Por ela passam, por mês, entre 30 e 40 projetos para receber pareceres, uma vez que não é somente sobre serviço público que deve opinar, mas também sobre matérias correlatas. A Comissão emite pareceres sobre tudo o que se relacionar a benefícios, melhorias,

condições de trabalho e temas afins. Segundo Armando Pinheiro, esse trabalho precisa ser dinamizado a ponto de permitir que dela surjam iniciativas capazes de melhorar as condições de trabalho dos funcionários públicos da União e dos Estados, uma vez que muitas das leis que os regem são federais.

Outra preocupação do deputado paulista diz respeito ao empreguismo vigente no País. Para apurar seus níveis, vem pesquisando junto ao Governo e outras fontes de informações, como, por exemplo, conhecer a situação de pessoal das estatais e também, distorções, como a existente na empresa que construiu a ponte Rio-Niterói, cuja obra acabou há 10 anos mas lá existem ainda perto de 400 funcionários.

Apesar de ser este um ano eleitoral e ter pela frente uma campanha difícil e cara, Pinheiro se dispõe disposição de exercer a presidência da Comissão com afinco a dedicação, a fim de atender os anseios do funcionalismo público, para ele alvo dos maiores sacrifícios nos últimos anos, por causa das perdas salariais e falta de 13º salários sem contar outras medidas prejudiciais aos interesses da classe adotadas ao longo das últimas duas décadas.